

Animais selvagens convertidos em sujeitos políticos: a gestão pública da fauna nos Pirineus¹

Wild animals turned into political subjects: public management of wildlife in the Pyrenees

Oriol Beltran

Professor Titular
Universitat de Barcelona

E-mail: obeltran@ub.edu

Ismael Vaccaro

Associate Professor
McGill University

E-mail: ismael.vaccaro@mcgill.ca

Resumo

Os montes Pirineus contemporâneos foram convertidos em uma reserva ambiental. O agudo processo de despovoamento experimentado durante o século XX, e a apropriação progressiva de grande parte de seu território por parte do Estado para implementar políticas de conservação, favoreceram o reaparecimento, através da reintrodução, da promoção ou da recuperação espontânea, de diversas espécies de grandes predadores, aves de rapina, ungulados e outros mamíferos. A gestão pública da fauna selvagem nos Pirineus, por meio da qual a natureza é reinventada para se ajustar aos padrões pós-modernos da vida silvestre, manifesta a existência de racionalidades e valorações que escapam aos critérios pretensamente objetivos de uma ecologia mecanicista.

Palavras-chave: ecologia política; políticas de conservação; análise social da ciência; patrimonialização da natureza.

¹ Este trabalho foi realizado nos marcos do projeto de investigação *Patrimonialización y redefinición de la ruralidad. Nuevos usos del patrimonio local* (CSO2011-29413), financiado na Espanha pelo Ministerio de Ciencia e Innovación. Uma primeira versão do mesmo foi publicada em Del Mármol, Frigolé & Narotzky (2010). A R@u agradece a Oriol Beltran pela assistência com a tradução e revisão deste artigo.

Abstract

The contemporary Pyrenees are becoming an environmental reservoir. The acute process of human depopulation experienced during the twentieth century and the progressive appropriation of large parts of its territory by the states to implement conservation policies have resulted in the return, via reintroduction or natural regeneration, of charismatic animal species such as the wolf, bear, deer, elk, and chamois. The public management of wildlife in the Pyrenees, by which nature is reinvented to fit postmodern standards on wildlife, says the existence of rationality and value beyond the supposedly objective criteria of a mechanical ecology.

Keywords: political ecology; conservation policies; social analysis of science; natural patrimonialization.

A patrimonialização da natureza nos Pirineus

Nas montanhas dos Pirineus, neste início de século XXI, o lobo e o urso reapareceram, o Estado destina recursos à gestão de certas populações de ungulados selvagens e, décadas depois de terem sido produzidos os últimos avistamentos, os abutres e as lontras voltam a estar presentes nos céus e nos rios da região. A crescente presença de animais selvagens nestas montanhas, onde se localiza a linha divisória entre os estados francês e espanhol, constitui um indício significativo de um processo social mais amplo e complexo, e que apresenta certas consequências ecológicas importantes. Propomos, aqui, uma análise da racionalidade destas geografias zoológicas emergentes (Philo & Wilbert, 2000; Wolch & Emel, 1998) e do processo de “asselvajamento” da paisagem rural que manifestam (Buller, 2004; Whatmore & Thorne, 1998).

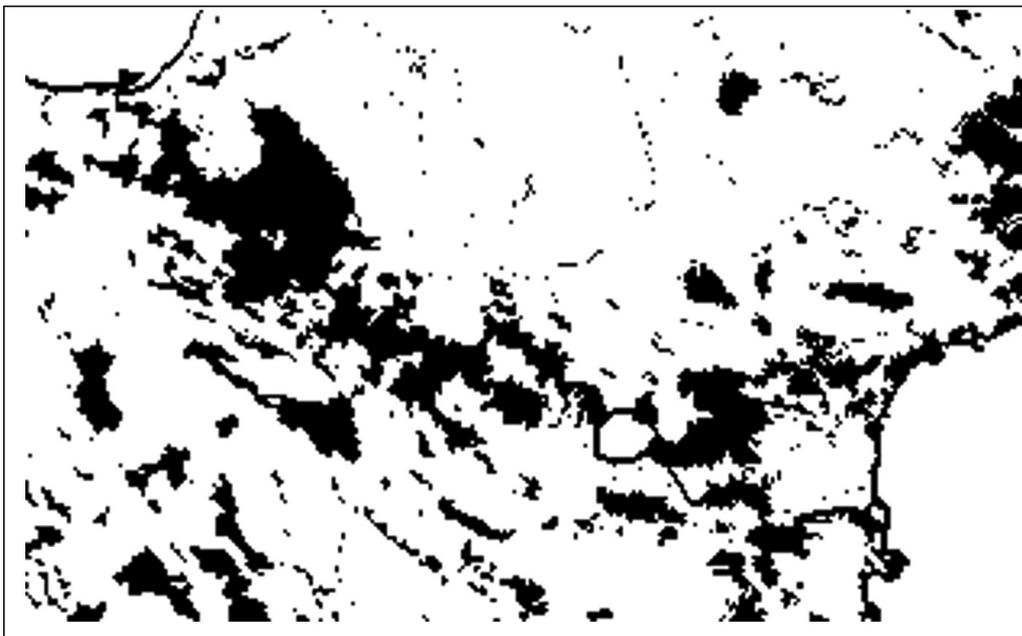


Figura 1 Áreas protegidas da rede Natura 2000 em torno da fronteira entre a franco-espanhola.
Fonte: European Topic Centre on Biological Diversity (2007).

A história do século XX nos Pirineus é uma crônica do despovoamento humano (que segue das montanhas para as terras baixas), de realocização demográfica (da parte superior das vertentes para o fundo dos vales) e de transformação econômica (das atividades agropecuárias e dos aproveitamentos florestais e hidroelétricos para o turismo e os serviços. Cf. Beltran & Vaccaro, 2010b; Molina, 2002; Soriano, 1994). Estes processos causaram certos efeitos significativos no meio ambiente. A diminuição da pressão humana favoreceu uma recuperação da cobertura florestal (junto a uma importante redução das pastagens, cf. Molina, 2000; Roura-Pascual et al., 2005; Vaccaro, 2005). O vazio demográfico e a recomposição florestal prepararam o caminho para a conservação. O Pirineu espanhol é objeto de um processo de reterritorialização institucional por meio da declaração de amplos setores de seu território como áreas protegidas (Vandergeest & Peluso, 1995). O ideal conservacionista legitima as intervenções impulsionadas por várias instâncias governamentais que estão transformando os regimes de propriedade e os direitos sobre os recursos naturais (Neumann, 1998). As instituições públicas aportam massivamente nos Pirineus como fiadoras de um novo tipo de governamentalidade, uma governamentalidade ambiental (Agrawal, 2005).

Tabela 1 Áreas protegidas no Pirineu catalão, por comarcas (em hectares).

	Superfície	Espaços de Interesse Natural			Rede Natura 2000	
		Superfície	%	Núm.	Superfície	%
Alt Urgell	144.748	48.793	33,71	9	48.644	33,61
Alta Ribagorça	42.686	20.929	49,03	5	20.449	47,91
Pallars Jussà	134.308	46.223	34,42	9	45.656	33,99
Pallars Sobirà	137.792	95.685	69,44	7	85.906	62,34
Val d'Aran	63.360	37.353	58,95	10	35.975	56,78
Total	522.894	248.983	47,62	32	236.630	45,25

Fonte: www.idescat.net e www.gencat.net [Espacios de Interés Natural, 2009; Red Natura 2000 e 2010].

As comarcas do Alt Pirineu (noroeste da Catalunha) oferecem um exemplo paradigmático destas políticas territoriais. Atualmente, albergam um total de 32 espaços naturais protegidos, que abarcam 248.983 ha, 47,62% de sua extensão². O alcance das áreas protegidas é especialmente significativo em alguns casos: 69,44% do território do Pallars Sobirà se encontra sujeito a algum regime de proteção ambiental (Beltran & Vaccaro, 2010a), enquanto em Val d'Aran e Alta Ribagorça, os índices são de 58,95 e 49,03%, respectivamente. Muitas zonas da vertente francesa da cordilheira apresentam cifras similares. Estes dados confirmam que os Pirineus, como denuncia frequentemente a população local, se converteram em uma reserva ambiental, um “zoológico patrocinado pelo Estado” (Cooper, 2000; Roth, 2008). Na atualidade, o território pirenaico constitui um lugar estritamente regulado por instituições públicas que objetivam fomentar a recuperação do meio ambiente, uma recuperação cujos resultados devem ser compatíveis com o desenvolvimento do turismo (de esqui, de aventura e de natureza)³.

² Só contabilizamos as áreas pertencentes ao Pla d'Espais d'Interès Natural (PEIN) aprovado em 1992 e atualizado em 2009. A rede Natura 2000, que desenvolve a legislação da União Europeia em matéria de conservação ambiental, que é implementada a partir de 2004, se superpõe, em larga medida, aos espaços protegidos de acordo com a legislação catalã.

³ Juntamente com a gestão pública do meio ambiente, nos últimos anos têm surgido também algumas iniciativas que implicam em uma exploração privada da fauna selvagem como produto turístico. A recente inauguração, em 2013, de um parque zoológico no Val d'Aran onde se pode observar exemplares das principais espécies da fauna pirenaica “em semiliberdade” é, sem dúvida, o expoente máximo das mesmas.

Neste trabalho, não pretendemos nos concentrar na recolonização pelo bosque, associada ao processo de sucessão ecológica, mas na recuperação da fauna. O abandono humano abriu espaços para o reaparecimento de algumas espécies animais. Estas, de acordo com o status que lhes é atribuído (com frequência, variável), são introduzidas, reintroduzidas, reforçadas, erradicadas ou autorizadas a regressar (García Cordón, 2001; Knight, 2006). As variáveis que afetam as decisões relativas à recuperação da fauna permitem situar esta questão no âmbito da engenharia ambiental, em que os especialistas estabelecem certas metas morfológicas para paisagens que não podem ser qualificadas como naturais. A recuperação gerenciada do meio ambiente orienta-se para a recriação de certas paisagens idealizadas, que podem estar associadas ou não a formas anteriores do próprio território, onde certas soluções são consideradas mais valiosas do que outras. A recuperação ambiental dá lugar, em última instância, a uma natureza desenhada, produto de uma elaboração humana (Castree, 1995): constitui um processo de produção cultural da paisagem, por meio do qual a natureza é reinventada para ser ajustada aos padrões pós-modernos da vida silvestre (Barret & White, 2001; Braun & Castree, 1998; Cronon, 1996).

***Systema Naturae*: redesenhando a biodiversidade**

As descrições e classificações científicas modernas das espécies animais se baseiam na morfologia comparativa. As taxonomias estabelecidas por Linneu no século XVIII⁴ levam em consideração os critérios físicos para situar os indivíduos e as espécies em um amplo marco de classificação. As ciências naturais contextualizam estas espécies no meio ambiente como organismos que se encontram em interação permanente. Sua existência, definida a partir de sua morfologia, é, em seguida, integrada em sua ecologia (habitat, comportamento, posição na cadeia trófica ou reprodução). Ainda que os cientistas e os técnicos ambientais geralmente acatem estes princípios “objetivos”, estes não são os únicos critérios empregados para atribuir sentido e valor aos animais. Em teoria, a ciência desmitificou e despersonalizou os animais, convertendo-os em uma parte das equações ecológicas, em integrantes dos inventários da diversidade biológica. Não obstante, na prática, atribui-se a cada espécie um peso moral e cultural distinto, e esta bagagem incide nas decisões que afetam sua gestão.

Há uma abundante literatura relativa às relações entre as sociedades não ocidentais e o mundo natural que dá conta de como as comunidades humanas interagem com os animais de seu entorno, segundo bases completamente distintas (Descola, 2005, 2010; Hunn, 2008; Kohn, 2005; Lévi-Strauss, 1965). Nestas cosmologias alternativas, os seres humanos e os animais transitam pelos mesmos planos da existência, compartilhando certos valores ontológicos e mesmo origens similares. Alguns dos princípios utilizados pelos cientistas e gestores públicos na relação com as espécies animais também escapam dos critérios pretensamente objetivos de uma ecologia mecanicista e são definidos a partir de determinadas opções políticas e culturais. As comunidades humanas convertem culturalmente as espécies animais em conceitos. O status dos animais varia de acordo com as necessidades de cada sociedade e depende das posições dos atores implicados. Para alguns, os predadores se transformam, conceitualmente, de parasitas em ícones nacionais ou em elos da cadeia trófica. Para outros, o gado deixa de ser um meio de vida e reemerge como um risco e um problema sanitário. Animais aos quais são atribuídas tarefas produtivas específicas se

⁴ A “opus magna” de Carl von Linneus *Systema naturae per regna tria naturae, secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis* (1735), depois de diversas edições, estabeleceu a classificação científica moderna das espécies zoológicas.

convertem em animais domésticos. Deste modo, as espécies zoológicas, seus usos e sua percepção, se encontram em uma interação constante e uma redefinição permanente (Haraway, 2008).

As políticas de conservação e gestão do meio ambiente, de sua parte, não têm lugar num vazio social, mas se entrecruzam com outras questões (como as relativas ao desenvolvimento local e o turismo) que podem estar em conflito com valores associados à própria ideia a respeito do que seja a natureza ou daquilo que deveria ser sua economia política. Neste contexto, etiquetas distintas são atribuídas a diferentes espécies. Os biólogos e os gestores ambientais coincidem em qualificar, entre os animais selvagens e os domésticos, por razões que não estão sempre vinculadas a considerações ecológicas, distintas espécies como *carismáticas*, *nobres*, *invasoras*, *pragas*, *chave*, *guarda-chuva*, *bandeira*, *comerciais* ou *ameaçadas*. Tais adjetivos, entre os muitos que se utilizam na prática, implicam em uma reelaboração cultural do conceito de espécie.

Um ambiente não problemático não legitima uma intervenção política. A ideia de que um determinado meio ambiente se encontra em perigo é o que justifica a intromissão pública. Curiosamente, cada um dos qualificativos mencionados conecta espécies concretas com processos sociais ou com noções acerca da instabilidade ambiental. Esses termos justificam e mantêm a competência das instâncias políticas de gestão (Guha, 1997; Orlove & Brush, 1996; West, Igoe & Brockington, 2006). A gestão das espécies abre as portas para a governamentalidade do meio ambiente, ao desembarque da administração pública no território. Esta atuação se ocupa da gestão das espécies animais atendendo a distintos tipos de valor agregado. Os fatores que são tomados em consideração não se relacionam apenas com a coerência ecológica, mas, também, com aspectos tais como a valoração estética, a legitimidade política, as preferências de manejo ou o incremento da biodiversidade.

A prevalência territorial dos espaços naturais protegidos nos Pirineus, as altas taxas de despovoamento da região, e a consolidação de um certo nível de ecologismo no conjunto da sociedade europeia, têm propiciado um terreno fértil para a imposição de um meio ambiente governamentalizado, um amplo domínio jurisdicional onde os funcionários do Estado aplicam programas conservacionistas. A apresentação de algumas políticas públicas e certas decisões relativas à gestão da fauna oferece argumentos que permitem questionar a governamentalidade ambiental, assim como evidenciar suas contradições.

Os Pirineus foram convertidos em um grande laboratório vivo, onde o conceito de biodiversidade está sendo continuamente revisado por distintas instâncias, como resultado de um processo de negociação entre diferentes atores sociais. Nestas montanhas, ao longo do século XIX e dos princípios do século XX, a pressão demográfica, as mudanças técnicas e o uso intensivo dos recursos naturais levaram a maioria dos grandes animais selvagens à extinção ou ao limiar do desaparecimento. Os caçadores capturaram o último exemplar do lobo da Catalunha em 1935 (Projecte Llop, 2008), e abateram o último urso da comarca pirenaica de Pallars Sobirà em 1948 (Casanova, 1997). As camurças e as lontras, entre outros, também se tornaram escassas. No último quartel do século passado, não obstante, esta tendência se inverteu: a diminuição da pressão humana sobre o território brindou novos espaços para a recuperação, espontânea ou induzida, da fauna selvagem local.

O retorno dos grandes predadores

Urso (*Ursus arctos*). O despovoamento humano dos Pirineus coincidiu com o desaparecimento dos ursos pardos da região. No final do século passado sobreviviam apenas uns poucos exemplares

pertencentes à população autóctone: no conjunto da cordilheira, esta passou de cerca de 150-200 indivíduos em 1900 a somente cinco em 1995⁵. No início dos anos noventa, a proteção de urso se converteu em uma prioridade nacional na França (respaldada e financiada depois pelo programa Life da União Europeia)⁶. O descenso demográfico e a perda do peso econômico e político das comunidades locais pirenaicas abriram um novo espaço para o reaparecimento do urso na cordilheira. O governo francês, com amplo respaldo social em nível nacional (onde a opinião pública é fundamentalmente de origem urbana), desenhou um plano para reforçar a exígua população pirenaica de ursos mediante a introdução de exemplares capturados na Eslovênia, “quase idênticos, geneticamente, aos autóctones” (França, 2006), o que favoreceria seu acasalamento.

O projeto ensejou enfrentamentos por parte da população local. Ainda que no princípio tenha havido indícios de apoio de algumas prefeituras, em pouco tempo numerosas demonstrações de oposição foram desencadeadas (desde armadilhas e iscas envenenadas até a celebração de manifestações e a apresentação de recursos administrativos)⁷. A reintrodução teve início em 1996 com a liberação de três exemplares (duas fêmeas grávidas e um macho), ainda que a pressão local tenha logrado interrompê-la no ano seguinte. Até 2006 o projeto não fora retomado, quando, então, os responsáveis voltaram a soltar mais cinco ursos (quatro fêmeas e um macho), depois que a última fêmea autóctone fora abatida dois anos antes por um caçador, notícia que causou grande comoção na opinião pública francesa e que foi qualificada pelo Governo como uma “catástrofe ecológica [de] gravidade extrema” (Pomarol & Palazón, 2008).

A introdução de grandes predadores em zonas povoadas é sempre uma iniciativa muito polêmica. Com a intenção de melhorar sua aceitação por parte da população local, várias entidades promoveram campanhas destinadas a destacar seus benefícios potenciais, especialmente para o turismo. O governo regional da Catalunha estabeleceu medidas de compensação para a depredação e a os danos causados pelos plantígrados, que preveem pagamentos rápidos e substanciais, dados seus efeitos particularmente significativos, por conta da ausência de pastores permanentes e da importância do gado ovino na pecuária da zona⁸. No decurso de uma só geração, muitas comunidades

⁵ O urso não foi declarado uma espécie protegida na França até 1972, e na Espanha no ano seguinte, quando a população autóctone seria contabilizada em aproximadamente 35 exemplares. Apesar desta mudança de estatuto, os caçadores seguiram sem dar trégua a estes animais, contando com uma certa cumplicidade por parte da população local e com a tolerância por parte das autoridades.

⁶ O programa Life, aprovado em 1993, estava destinado a conservar e reforçar três espécies pirenaicas em perigo de extinção consideradas como emblemáticas: o urso pardo, o abutre-barbudo e a cabra dos Pirineus.

⁷ Inicialmente, a aceitação foi maior no Pirineu francês, onde o urso se converteu em um incentivo ao turismo em uma zona em que não chegam os auxílios econômicos da UE, do que no Pirineu espanhol, especialmente as comarcas catalãs do Val d’Aran e o Pallars Sobirà, onde a pressão imobiliária e o desenvolvimento turístico se sentem ameaçados pela reintrodução. As campanhas contrárias à reintrodução, porém, foram encabeçadas habitualmente por criadores de gado e por caçadores.

⁸ Entre os anos de 1996 e 2009, as indenizações cobriram 452 cabeças de gado, principalmente ovelhas e cabras, em um total de 239 ataques verificados. Em 1998 e 1999 se indenizaram outras 395 cabras e ovelhas desaparecidas nas zonas onde se libertaram os ursos, mesmo que não tenha sido possível verificar sua intervenção nesses desaparecimentos. A administração catalã destina entre 3.000 e 6.000 euros anuais em indenizações por este conceito. Muitas denúncias parecem responder a ataques realizados por cães abandonados que se asselvajaram ou feralizaram (Batet, 2007). Nos últimos anos tem-se registrado um certo incremento nos danos causados em colmeias.

havam deixado de participar ativamente do extermínio do urso para serem testemunhas de sua reintrodução por parte de agentes externos. Os moradores locais consideravam este animal como um competidor e uma ameaça. O projeto governamental de reintrodução estava orientado, deste modo, a desfazer um antigo processo de engenharia ambiental de origem local, uma atuação destinada a simplificar a estrutura ecológica da montanha por meio da eliminação de algumas espécies situadas no ápice da cadeia trófica.

O programa de reintrodução do urso constitui um exemplo paradigmático do monopólio centralizado dos conhecimentos, desenho de objetivos e capacidade de formular decisões por parte do Estado. Em um primeiro momento, o projeto, impulsionado pelo Ministério francês do Meio Ambiente, não foi apresentado nem ao comitê científico do Parque Nacional dos Pirineus, nem às instituições locais. As autoridades gaulesas tampouco coordenaram a liberação dos primeiros ursos com suas contrapartes espanholas, apesar da proximidade dos lugares escolhidos para a soltura destes exemplares com a fronteira internacional. Seguindo-se à forte oposição de que foi objeto a iniciativa, mais tarde se realizaram negociações em distintos níveis e foi proposto um plano conjunto entre as administrações estatais implicadas. De acordo com consultas realizadas, a reintrodução do urso se converteu em uma questão nacional que apartou a maioria da sociedade francesa, que se mostra esmagadoramente favorável ao projeto, das comunidades locais pirenaicas, contrárias, em sua maior parte, ao mesmo⁹. O tema adquiriu rapidamente um caráter internacional¹⁰. Os ursos, obviamente, não reconhecem nem respeitam os limites municipais, a delimitação das áreas protegidas ou as fronteiras entre os Estados¹¹.

Ainda que os dados disponíveis não sejam definitivos, calcula-se que três dos oito ursos eslovenos reintroduzidos tenham morrido, ao passo que estariam vivos outros dezesseis indivíduos pertencentes às distintas ninhadas deles nascidas (entre 15 e 19 filhotes de urso entre os anos de 1996 e 2009. Castro, 2011; Le Monde des Pyrénées, 2008; Leis Oursoun, 2008; Pays de l'Ours, 2008). A população atual giraria em torno de 22-25 indivíduos, aproximadamente. Os técnicos consideram que estas cifras deveriam ser dobradas (ou mesmo triplicadas) para garantir sua viabilidade, e afirmam que se deveriam efetuar novas introduções com a finalidade de evitar uma elevada consanguinidade (que poderia ser causa, a longo prazo, de uma redução da fecundidade)¹².

A consideração de que é objeto o urso no contexto dos Pirineus contemporâneos (e que endossa a atenção destinada pela administração pública à recuperação de suas populações) parece próxima à que merecem os próprios humanos, de uma maneira similar ao que ocorre com os animais de estimação. São vários os indícios que apoiam esta interpretação: os ursos são personalizados mediante a atribuição de nomes próprios, dispõem de uma história familiar específica, têm casa própria e até mesmo participam de vínculos de parentesco espiritual com certas pessoas. Com efeito, todos os exemplares são identificados

⁹ A grande manifestação celebrada em Les (Val d'Aran) em 2008 para protestar contra a reintrodução era encabeçada por uma bandeira com o seguinte lema: "Para vocês a montanha é um jardim, para nós é nosso meio de vida".

¹⁰ Segundo declarava o ministro francês da Ecologia em 2005, no momento de decidir retomar o programa de reintrodução, "[...] a sobrevivência dos ursos nos Pirineus não é uma questão que cabe apenas à França, mas à toda a humanidade".

¹¹ A recusa local recrudescer em outubro de 2008, quando, provavelmente por se ver encurralada, uma urso gestante feriu um caçador aranês em território espanhol.

¹² Os estudos de monitoramento creem que cerca de 75% dos ursos pertencentes à população pirenaica atual são filhos de *Pyros*, um macho de 25 anos introduzido em 1997. O desenvolvimento ótimo desta população faria necessária a incorporação de, no mínimo, outro exemplar do mesmo sexo.

com um nome (que, no caso dos filhotes, é escolhido entre os estudantes das comarcas onde se registra sua presença), o que permite construir, a partir deste nome, um relato de suas vicissitudes biográficas, amplamente divulgadas mediante a difusão de imagens capturadas por câmeras de monitoramento¹³. Frequentemente, as notícias que dão conta da evolução da população de ursos nos meios de comunicação (especialmente quando da morte de algum indivíduo ou do nascimento de novas ninhadas) vêm acompanhadas de quadros genealógicos que reconstróem as posições de cada indivíduo com base nas relações de consanguinidade que mantêm com os demais (e que, no caso das de maior proximidade, chegam a ser qualificadas como “incestuosas”)¹⁴. Alguns exemplares foram objeto de apadrinhamento por parte de personagens públicos (como a Primeira Dama francesa, no caso da urso Havla), como demonstração de apoio ao programa de reintrodução. A *Casa del Oso* (Casa do Urso), por fim, é a denominação escolhida pelo centro de informações¹⁵ sobre este plantígrado inaugurado em 2012 na localidade pallaresa de Isil, e que responde à iniciativa de várias ONGs favoráveis a mostrar o potencial turístico que brinda o urso nas comarcas onde se vem consolidando sua presença¹⁶. O paralelismo com os grupos humanos alcança, inclusive, as discussões sobre a pertinência do cruzamento entre populações distintas ou a interpretação que merecem suas condutas¹⁷.

No final do século XX, os cientistas determinaram que a população autóctone de ursos estava praticamente extinta (na realidade, o último urso pertencente à mencionada população faleceu em 2010). Este fato evidencia que o objetivo do programa governamental impulsionado pela França não era proteger a biodiversidade, mas, sim, restaurar ou recriar uma determinada paisagem¹⁸. A cepa dos ursos introduzidos é eslovena, não pirenaica. A reintrodução de espécies, da mesma forma que a implementação massiva de áreas protegidas na região (Welch-Devine, 2010; Vaccaro & Beltran, 2007), permite questionar a ideia de paisagem promovida por parte das administrações¹⁹.

¹³ Os nomes escolhidos respondem a uma estratégia destinada a aproximar os ursos da população local a partir de critérios semelhantes aos utilizados na nominação de animais de estimação: uso da língua local (francês, catalão e, especialmente, occitano), distinção entre os procedentes da Eslovênia (como *Giva*, *Melba*, *Hvala*) e os nascidos nos Pirineus (*Boavi*, *Alòs*, *Isil*), referência a algum traço morfológico do animal (*Nere*, *Pelut*) ou a outras palavras que permitem familiarizá-los ao mesmo tempo em que se os individualizam (*Nhèu*, *Caramelle*).

¹⁴ Do mesmo modo, quando uma cria perde seus progenitores, ela passa a ser considerada como “órfã”.

¹⁵ No original, *centro de interpretaci3n*: trata-se de um equipamento que, nos parques naturais espanh3is, combina museu e centro de recepç3o de visitantes, com a disponibilizaç3o de informaç3es sobre o parque e exibiç3es a ele relacionadas (Nota da Traduç3o).

¹⁶ De acordo com os responsáveis: “Projetos deste tipo servem para demonstrar que a presença desta esp3cie pode ser utilizada como um novo motor de desenvolvimento rural”. Coincidindo com as primeiras solturas de exemplares eslovenos, as administraç3es francesas declararam a zona onde se produziram como “Montanha selvagem. Pa3s do urso”.

¹⁷ O Diretor Geral do Meio Natural da administraç3o catal3 declarava, em 1997, para justificar o uso de cercas eletrificadas para proteger o gado: “Os ursos v3m de una zona onde possuem h3bitos distintos daqueles dos que s3o do Pirineu. 3 necess3rio educ3-los para que se adaptem aos novos h3bitos locais [...]. A urso tem que aprender a associar a ingest3o de uma ovelha ao castigo”. O suposto car3ter agressivo e pouco temeroso dos humanos, que seriam distintivos dos ursos eslovenos frente aos ursos autóctones, foi empregado em 2000 como argumento em uma emenda para modificar a lei francesa de caça e promover sua captura e “repatriaç3o”.

¹⁸ Um dos argumentos empregados em favor da reintroduç3o seria o de que a populaç3o autóctone de ursos n3o chegara a ser totalmente extinta no Pirineu catal3o, alegando que havia ind3cios consistentes da presença de algum indiv3duo entre os anos de 1988 e 1991, e mesmo um avistamento em 1994.

¹⁹ Paradoxalmente, enquanto os governos franc3s e espanhol impunham a proteç3o do urso em suas regi3es montanhosas, a imprensa informava que o Rei da Espanha havia participado de uma caçada de ursos na Rom3nia,

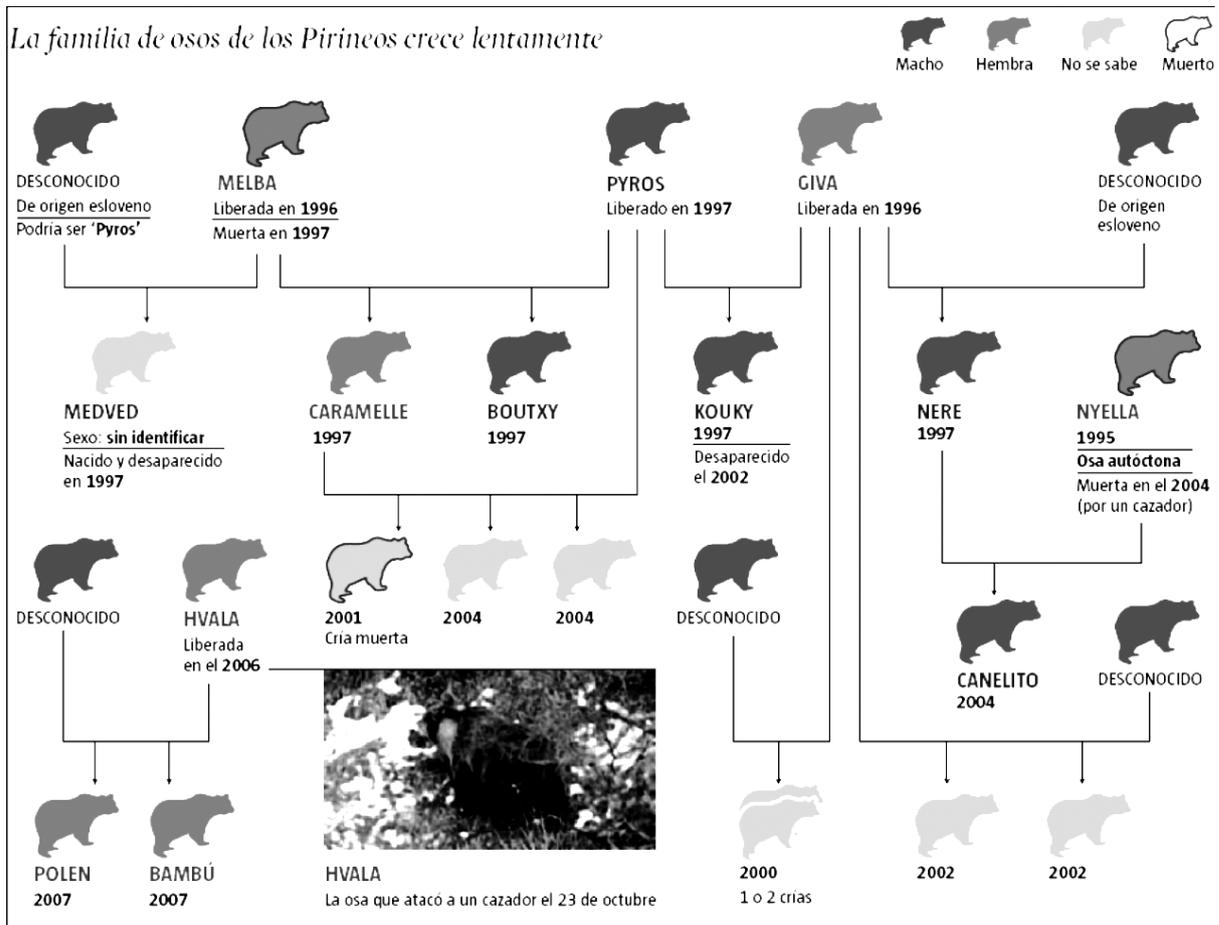


Figura 2 Genealogia da população pirenaica de ursos.

Fonte: *La Vanguardia*, 02 de Novembro de 2008.

Lobo (*Canis lupus*). Ainda que desde o fim do século XIX não existam populações estáveis de lobos nos Pirineus, alguns indivíduos procedentes do noroeste da Península Ibérica – onde estas populações se consolidaram ou se recuperaram – chegaram ocasionalmente até as montanhas do País Basco e Navarra, a oeste da cordilheira (Milian, 2006). No Pirineu catalão, na região da serra do Cadí (entre as comarcas de Berguedà, Cerdanya e o Alt Urgell) foi constatada desde 2003 até hoje a presença de onze lobos errantes (não mais que quatro ou cinco indivíduos distintos por ano), sem chegar a formar uma alcateia nem a se reproduzir e que, de acordo com as análises genéticas, provêm de áreas protegidas nos Apeninos centrais da Itália (Elcacho, 2007). O lobo é um animal controverso. Seu caráter predador lhe atribuiu uma posição mítica que condiciona as atitudes públicas de que é objeto (Bjerke, Retan & Kellert, 1998; Manent, 2004; Massip, 2011). Em muitas áreas rurais o lobo é considerado a quintessência do não humano (seu contrário: a selvageria), o que levou populações locais a interpretar sua extinção como um autêntico êxito coletivo.

onde esta espécie não é protegida (Petrescu, 2004).

O reaparecimento do lobo modifica o *status quo* do meio ambiente local (Mech, 1991). O discurso público acerca do lobo dá conta, implicitamente, das atitudes que existem frente ao animal. O chefe do serviço catalão de fauna afirmava: “Não favorecemos ao lobo, mas tampouco vamos prejudicá-lo” (citado em Milian, 2006: 32)²⁰. Enfatiza-se, aqui, em comparação com o caso do urso, a espontaneidade da recuperação da espécie e a ausência de participação das instâncias governamentais em seu retorno. Ainda que apresente até o momento cifras muito modestas, a chegada do lobo é interpretada como um sintoma positivo da qualidade ambiental do território pirenaico (Barba, Colom & López, 2011): de acordo com o conselheiro do Meio Ambiente do governo catalão, o retorno do lobo é o resultado de longos anos de trabalho na “preservação do meio natural” e um sintoma que “confirma o enriquecimento da biodiversidade” do Pirineu catalão. Muitos criadores de gado acreditam que os lobos foram introduzidos de maneira efetiva por parte da administração pública. Na Catalunha, o governo regional, que nega ter alguma implicação direta neste processo, vem incentivando desde 2007 programas de indenização por danos nos rebanhos, melhorias na infraestrutura da pecuária na montanha (cercados, galpões), promoção do agrupamento do gado sob a vigilância de pastores e entrega de cães mastins destinados à proteção dos animais domésticos²¹.

Roedores e outros pequenos mamíferos: acolhidos, incentivados, erradicados

Castor (*Castor fiber*). Nos sopés do Pirineu Ocidental, nos rios Aragón e Cidacos (entre as comunidades autônomas de Navarra e La Rioja), os castores reapareceram depois de mais de 300 anos de ausência (Ceña et al., 2004; Méndez, 2007). O caso resulta singular porque se opõe a uma dicotomia habitual: não se trata nem de uma recolonização espontânea nem de um projeto institucional de reintrodução. Um grupo de ativistas centro-europeus liberou, em 2003, cerca de dezoito exemplares criados em cativeiro na Alemanha, que acabaram por fixar uma população de uns cinquenta indivíduos, que colonizou noventa quilômetros de rio (Halley, 2007).

Uma vez publicada a notícia sucederam vários acontecimentos interessantes. As autoridades regionais desenharam uma campanha para erradicar os castores, com o beneplácito do governo nacional e da Comissão Europeia, com o objetivo de “evitar precedentes”. Os ecologistas (em particular, a associação belga Pays des Castors) se opuseram a estes planos alegando que o castor é uma espécie ameaçada e protegida pela UE. Os funcionários públicos sustentam que se a chegada destes roedores tivesse sido produzida de um modo espontâneo, como aconteceu em grande parte da Europa, seria concedido a eles o estatuto de proteção (dado que nesta bacia hidrográfica houve castores ao menos até o século XVII), de modo idêntico ao que ocorreria se a introdução fosse o resultado de um programa governamental: “*Se tivessem cruzado os Pirineus, não teríamos nada que dizer a não ser nos alegrar-nos*”. Porém, como a reintrodução não seguiu nenhuma destas vias, foi considerada uma ação “ilegal” e “antinatural”: literalmente,

²⁰ O próprio conselheiro do Meio Ambiente considerava o retorno do lobo como resultado de longos anos de trabalho “na preservação do meio natural” e um sintoma que “confirma um enriquecimento da biodiversidade” do Pirineu catalão (citado em Badia, 2004).

²¹ O balanço dos ataques de lobo aos rebanhos no Pirineu catalão entre os anos de 2005 e 2009 é de vinte e quatro ovelhas, uma vitela e uma cabra mortas, além de dez ovelhas feridas e vinte e uma desaparecidas.

“uma selvageria”²². A introdução dos castores desafia o monopólio do Estado sobre a gestão ambiental²³ e põe em perigo a atual economia política da bacia hidrográfica: de acordo com a normativa ambiental europeia, a consolidação de uma população pertencente a uma espécie protegida exigiria a criação de um Lugar de Interesse Comunitário, o que afetaria tanto as atividades agrárias como outros possíveis desenvolvimentos (projetos hidrelétricos e turísticos). Segundo a Comissão Europeia, se em alguns anos se consolidasse a população, esta passaria a ser considerada autóctone e, portanto, protegida para todos os efeitos.

Lontra (*Lutra lutra*). O caso do castor resulta ainda mais relevante se comparado com a situação da lontra. Desde princípios dos anos noventa na Catalunha se implementaram vários programas públicos destinados a proteger e restaurar as populações de lontras (com a criação, em 1992, de várias reservas naturais destinadas à sua proteção, de um centro de recuperação três anos mais tarde, e a aprovação de um plano de conservação em 2002). A lontra foi declarada como espécie protegida em 1973. Não obstante, sua dependência de um bom estado de conservação das margens dos rios e de uma grande abundância de alimentos (juntamente com a perseguição de que foi alvo devido ao valor de sua pele e à crença de que causava grande impacto na pesca) favoreceu a progressiva redução de suas populações. Além de consolidar sua expansão nos Pirineus, o governo regional impulsionou um programa para a reintrodução da espécie nas bacias hidrográficas internas do nordeste da Catalunha, executado entre os anos de 1995 e 2001 (com 45-50 exemplares procedentes da Extremadura e da Galícia) que conseguiu não só estabilizar uma população numerosa nas mesmas (Saavedra, 2006) como também uma presença cada vez mais extensa com indivíduos que acabaram por colonizar outros cursos fluviais.

A principal diferença entre a lontra e o castor não radica em suas situações jurídicas (ambas são espécies protegidas), mas em como se produziu sua reintrodução: no caso da lontra este processo foi o resultado de programas governamentais e executado pelas instâncias oficiais, ao passo que a reintrodução do castor foi produto de uma ação clandestina empreendida por um grupo ambientalista anônimo. A distinção não é, pois, ecológica, mas está relacionada com o reconhecimento da capacidade política dos atores: foi o governo que reintroduziu a lontra e é por esta razão que esta se converteu em um integrante legítimo de um ambiente recriado.

Marmota (*Marmota marmota*). A marmota proporciona outra variante da questão da recuperação do meio ambiente. Ainda que originária dos Alpes, os gestores públicos introduziram exemplares desta espécie no Pirineu francês em várias solturas desde 1948, de modo a proporcionar uma presa fácil às águias reais e reduzir, com isto, a predação das crias de camurças. A marmota não pode ser considerada uma espécie endêmica: de acordo com o registro fóssil, desapareceu dos Pirineus há cerca de 15.000 anos, durante o Pleistoceno, no decurso da última glaciação. Em outras palavras, sua reintrodução constitui um processo de recriação, mas não de restauração ambiental.

²² De acordo com um responsável regional pelo Meio Ambiente: “Não podemos tolerar este precedente. Se não erradicarmos esta colônia, qualquer ecologista poderá soltar os animais que quiser” (citado em Méndez, 2007).

²³ Tudo seria diferente se a intervenção dos ativistas fosse de apoio à gestão por parte do Estado. Assim, em janeiro de 2013, a associação ambientalista Pays de l’Ours-Adet lançou a iniciativa de impulsionar novas solturas de ursos eslovenos na cordilheira com o patrocínio de fundos privados, porém condicionando a execução de seu programa à autorização do governo francês.

Sua propagação pela vertente espanhola da cordilheira se produz no final dos anos sessenta, quando coloniza amplas zonas do Pirineu aragonês e catalão graças à facilidade com que se expande pelos abundantes prados alpinos e subalpinos (especialmente nas ladeiras orientadas para o sul) e à virtual ausência de predadores. A população passou dos 500 indivíduos originais, introduzidos em várias ocasiões, a cerca de 10.000 (Un Món de Natura, 2008). Curiosamente, a marmota não parece incomodar os biólogos que herdaram a gestão dos ecossistemas pirenaicos dos técnicos responsáveis pelas reservas de caça. Do seu ponto de vista, este roedor não compete com nenhuma outra espécie local e, ao contrário, contribui para incrementar a biodiversidade do território. Ainda que no momento não exista nenhuma lei que proteja as marmotas, tampouco são elas objeto de alguma ação institucional que limite suas populações. A remodelação da paisagem que implica em tolerar a presença da marmota não responde, portanto, a critérios de integridade ecológica, mas a uma determinada valoração da abundância de vida selvagem e de beleza paisagística.

Ungulados selvagens vs. cabras asselvajadas

Camurça (*Rupicapra rupicapra*). As primeiras reservas nacionais de caça do Pirineu catalão foram estabelecidas em 1966 com o objetivo de promover a proteção da camurça, uma espécie autóctone da fauna que naquele momento estava ameaçada pela pressão da caça excessiva (a atividade cinegética não foi regulada especificamente na Espanha até 1970. Cf. Casanovas, Leal & Roldán, 2007). As ações de proteção e a ausência de predadores naturais, assim como a redução da pressão humana favoreceram uma recolonização e uma relativa proliferação das populações de ungulados. A camurça, que nos Pirineus é considerada um animal emblemático, passou, em quatro décadas, de cerca de duzentos indivíduos isolados em distintos setores inacessíveis da cordilheira a mais de 9.000 exemplares apenas nas comarcas catalãs²⁴.

Como uma espécie qualificada como cinegética, os planos anuais de gestão autorizam um certo número de licenças de acordo com as estimativas oferecidas pela contagem de suas populações. A regulação da caça é um dos principais âmbitos de intervenção da administração pública na gestão da fauna. No marco das reservas nacionais, a concessão de um número limitado de licenças para a captura dos exemplares mais valorizados (conhecidos como “troféus”) é uma competência estatal que reporta receitas significativas provenientes de uma atividade de corte elitista. Paradoxalmente, as políticas de caça e de conservação da fauna selvagem dependem muitas vezes dos mesmos organismos governamentais. Neste contexto, as capturas não autorizadas (o chamado “furtivismo”) são equiparadas ao uso de veneno por parte de alguns caçadores, pelo fato de serem, ambas, atuações que infringem as normas do Estado.

As áreas protegidas propiciaram a existência de refúgios territoriais de onde as camurças se difundem para o resto das montanhas. Estes ruminantes não se movimentam apenas pelo interior das propriedades públicas, mas habitualmente cruzam os limites dos parques e reservas para competir por pasto com o gado doméstico. Os pecuaristas os percebem como bens públicos fora

²⁴ A evolução deste crescimento apresentou saldos negativos em distintos momentos, como ocorreu entre os anos de 2002 e 2006, quando a população, avaliada em aproximadamente 12 mil indivíduos, foi drasticamente reduzida pela metade (em até 90% em algumas zonas) devido a uma grave enfermidade de origem viral (Badia, 2006). Algumas estimativas contam em aproximadamente 50.000 camurças existentes hoje no conjunto dos Pirineus.

de controle. Não obstante, comparadas a outras espécies de ungulados selvagens, as camurças habitam os pisos de maior altitude, a mais de 2.000 metros, e não costumam apresentar-se como um problema relevante para os aproveitamentos humanos. Os biólogos responsáveis por sua gestão defendem um incremento da presença de predadores (por meio da reintrodução do lince, *Lynx lynx*, para o qual já foram elaborados estudos de viabilidade, ou a tolerância diante do reaparecimento do lobo)²⁵ com a finalidade de controlar a propagação de enfermidades que as afetam, assim como limitar o crescimento de todas as populações de ungulados, especialmente as do javali (*Sus scrofa*²⁶; Canut, 2006).

Cabra montesa (*Capra pyrenaica*). A cabra montesa constitui uma exceção neste panorama de proliferação e expansão das populações de ungulados. Presente no Pirineu catalão até o final do século XIX, o último exemplar vivo da subespécie autóctone, o bucardo (*Capra pyrenaica pyrenaica*), faleceu no Parque Nacional de Ordesa, no Pirineu aragonês, no início de 2000 (Afonso, Margalida & Racionero, 2008). Alguns biólogos advogam pela restauração de sua presença na região por meio da aplicação de técnicas de engenharia genética (clonagem, hibridação, reprodução artificial, a partir do material genético conservado) ou da introdução de exemplares procedentes do sul da Catalunha, ainda que não haja garantias sobre a viabilidade de tais medidas cujos objetivos não são apenas ambientalistas, mas também respondem a claros interesses cinegéticos e turísticos (García-González & Herrero, 1999).

No final de 2012 o governo francês anunciou um plano para soltar 160 exemplares da cabra montesa em dois parques naturais da vertente norte da cordilheira, procedentes de Gredos e de Maestrazgo, entre os anos de 2013 e 2020. Embora um porta-voz do Ministério espanhol do Meio Ambiente tenha afirmado que o programa “encontra-se suspenso [porque] apresenta dúvidas técnicas”, nesta ocasião certos setores locais que se manifestaram como totalmente favoráveis à sua execução (especialmente os caçadores). A soltura dos exemplares mencionados, de todo modo, não implicaria em uma restauração efetiva do bucardo, mas a introdução de cabras alóctones, pertencentes a outras subespécies.

Corça (*Capreolus capreolus*). As referências à existência histórica da corça nos Pirineus são remotas: consta apenas a presença de alguns exemplares nos finais do século XVIII no Val d'Aran, embora seja provável que sua distribuição anterior fora muito mais ampla. Pelo fato de ser a caça um recurso chave para o Estado, o âmbito das reservas propiciou a implementação de diversos programas para a introdução de algumas espécies com finalidades cinegéticas. Em 1971 são liberados dezoito exemplares de corça na Reserva Nacional de Caza del Alt Pallars-Aran, procedentes da Cantábria. Posteriormente serão efetuadas mais campanhas enquanto a população local se verá reforçada pela colonização espontânea de indivíduos procedentes da vertente setentrional (onde a corça havia sido introduzida anteriormente). Nos anos oitenta

²⁵ Em 2008 a equipe de uma fundação ambientalista privada adquiriu um casal de lince nascidos em cativeiro para incorporá-los a seu centro de educação ambiental do Pallars Sobirà (junto a outros representantes da fauna pirenaica). Os responsáveis não descartam a possibilidade de que, em um futuro, os descendentes deste casal (personalizado, assim como os ursos, com nomes próprios: *Uy* e *Lu*) possam chegar a ser liberados, apoiando-se em um plano de viabilidade: “Temos que entender que reintroduzir o lince é algo muito positivo para o ecossistema e para a economia”.

²⁶ Os danos causados pela proliferação do javali constituem um dos problemas mais recorrentes da fauna selvagem pirenaica nos últimos anos. Em 2005 o governo catalão criou uma comissão de monitoramento específica que recomendava uma aplicação sistemática de medidas preventivas para a proteção das parcelas cultivadas, assim como um incremento nas cotas de captura com o objetivo de reduzir suas densidades.

são realizadas solturas na reserva de Cadí com exemplares das Landas (sudoeste da França). Nos últimos trinta anos a corça se difundiu de maneira notável, beneficiando-se da recuperação das massas florestais, e hoje se considera que suas populações estão bem consolidadas e em um franco processo de expansão.

Gamo (*Dama dama*) e muflão (*Ovis gmelini*). O gamo e o muflão são considerados nos Pirineus como duas espécies não autóctones, dado que as referências às populações originais são muito remotas. Sua presença na zona deve-se à diversas iniciativas de reintrodução realizadas durante os anos sessenta com fins também cinegéticos²⁷. O gamo fora abundante em toda a Europa no período interglacial. Depois de sua extinção em muitas regiões, foi novamente introduzido pelos romanos em todo o Mediterrâneo, desaparecendo outra vez durante o século XIX. O muflão também tinha, historicamente, uma ampla presença em todo o continente, que foi posteriormente reduzida a algumas ilhas do mar Mediterrâneo (Chipre, Sardenha e Córsega). Atualmente, a gestão é dirigida para evitar a proliferação das populações e inclui o recurso pontual às batidas de caça²⁸. Ao contrário de outros ungulados, o muflão não é considerado uma espécie endêmica (provavelmente foi trazido da Córsega). Os biólogos interpretam sua presença como evidência da degradação da integridade natural da paisagem das montanhas (de modo distinto da consideração que merecem os ursos eslovenos ou as marmotas alpinas), assim como sendo competidores desnecessários diante de outros animais que são objeto de maior valorização e proteção.

Cervo (*Cervus elaphus*). As últimas referências históricas à presença do cervo no Pirineu catalão situam sua extinção entre o fim do século XVIII e o princípio do XIX. Objeto igualmente de uma campanha de reintrodução, os primeiros vinte e um exemplares (procedentes da província de Cuenca) foram liberados na Reserva Nacional de Caça de Boumort em 1981²⁹. Atualmente a população desta reserva cinegética atinge mais de um milhar de indivíduos, e é considerada uma das mais importantes e melhor estruturadas dos Pirineus. Os cervos permanecem durante todo o ano nas montanhas de média altitude, alimentando-se nos espaços situados em uma altitude menor (os pastos utilizados pelos rebanhos domésticos no outono e primavera). Os criadores de gado se queixam de que não lhes é permitido fazer frente aos animais selvagens que se expandem para fora dos parques e reservas para se beneficiarem do pasto de suas propriedades. As marcas sociais e territoriais das espécies selvagens ultrapassam os limites das áreas protegidas.

Para além da pressão de caça, a ausência de predadores sustenta o crescimento vegetativo das populações pirenaicas de ungulados, as expensas de seu ritmo reprodutivo próprio e da incidência de fatores alimentares e sanitários que determinam suas taxas de mortalidade. A abundância de nevascas no inverno de 2013 provocou uma elevada mortandade de cervídeos (cervos, corças e gamos), provavelmente também de algumas camurças, especialmente nas comarcas mais ocidentais do Pirineu catalão, que as primeiras estimativas situam entre 25 e 30% do total. Além do intenso frio e da falta de pasto, muitos animais pereceram presos nas profundas camadas de neve das quais não conseguiram escapar. Um porta-voz da Federação Catalã de Caça (Federación Catalana de Caza), mais do que lamentar a morte de tal quantidade de animais, considerou o episódio como um fator de regulação das populações: “Morreram os [animais] mais débeis. Assim é a seleção natural. A próxima geração será melhor”.

²⁷ No Pallars Sobirà, por iniciativa da Reserva Nacional de Caza Alt Pallars-Arán, as primeiras liberações foram realizadas em 1962: 20 exemplares em Cervi e 28 em Espot, às portas do Parque Nacional de Aiguestortes i Estany de Sant Maurici.

²⁸ “Batida” é o reconhecimento exaustivo de um espaço aberto (na procura de animais) feito durante a caça (nota da tradução).

²⁹ Na década de sessenta, alguns indivíduos que escaparam de uma propriedade particular já haviam começado a colonizar a zona.

Cabra doméstica (*Capra aegragus*). Em distintas zonas do Pallars Sobirà que permaneceram praticamente despovoadas até os dias de hoje, quando os moradores abandonaram suas casas e seus campos para emigrar aos grandes centros urbanos durante o último terço do século passado, deixaram para trás as cabras de seus rebanhos: apenas libertaram os animais e se foram. Com a passagem dos anos, os animais desta espécie formaram uma colônia numerosa paralelamente ao processo de expansão dos arbustos nas antigas pastagens e o reflorestamento, um processo que tem se mostrado especialmente significativo nos últimos quinze anos. Calcula-se que, hoje, seu número alcançaria os 900 animais em apenas quatro das comarcas catalãs. As cabras domésticas são criaturas muito resistentes. Os animais abandonados se adaptaram à liberdade e proliferaram. As cabras outrora domésticas, deste modo, se asselvajaram.

Segundo critérios dos naturalistas e dos gestores ambientais, este fenômeno constitui um desafio à ordem natural: “As cabras passaram de domésticas a selvagens, consequência do seu abandono pelos pastores”. Periodicamente, os agentes rurais e os guardas das reservas conduzem batidas de caça, que buscam evitar o crescimento de suas populações e a proliferação de incidentes viários causados pelas cabras, assim como por considerá-las transmissoras de enfermidades como a tuberculose ou a brucelose aos animais domésticos³⁰. O extermínio das cabras asselvajadas é justificado como uma atuação dirigida a reparar uma distorção do equilíbrio ecológico. Até que ponto pode a cabra doméstica ser considerada exótica, tendo como comparação a marmota? Sua suposta nocividade para o meio ambiente está relacionada com sua procedência do mundo humano. A sociedade não a define como uma espécie natural. Não importa se os animais se adaptaram e proliferaram, nem se, após vários séculos de presença nos rebanhos locais, deveriam ser consideradas como parte do ecossistema destas montanhas. Neste caso, uma vez mais, os agentes públicos definem a ecologia de uma zona e de uma espécie atendendo não só a seus aspectos biológicos, mas também aos culturais: as cabras asselvajadas não resultam ser nem tão carismáticas nem tão espetaculares quanto outros ungulados selvagens.

Aves necrófagas, aves de rapina e outras espécies protegidas

As políticas para a fauna nos Pirineus abarcam um número mais amplo de espécies animais do que as mencionadas até aqui. No Pirineu catalão as reservas de caça criadas em meados dos anos sessenta precederam a declaração da maior parte dos atuais espaços protegidos³¹. Quando se produziu a transição do fomento governamental da caça a uma política de conservação, a lógica do desenho ambiental foi também modificada. Num primeiro momento, os predadores foram deslocados à força, uma vez que competiam com os caçadores e limitavam os ingressos gerados pela atividade cinegética. Quando os biólogos assumiram a tarefa de gestão da política ambiental, os predadores deixaram de ser perseguidos oficialmente, e passaram a ser objeto, junto a outras espécies, de programas de fomento e proteção. Sua posição no ápice da cadeia trófica lhes outorga, desta perspectiva, um papel fundamental na regulação dos ecossistemas e muitas vezes são considerados como importantes indicadores de qualidade ambiental. O caráter endêmico, a raridade e o pequeno número das distintas populações locais de animais foram alguns dos argumentos fundamentais

³⁰ O sal usado nas rodovias no inverno, por parte das máquinas que limpam a neve, atua como fator de atração destes animais e contribui para incrementar o perigo de acidentes rodoviários.

³¹ A Reserva Nacional del Pedraforca (1966) precedeu o Parque Natural del Cadí-Moixeró (1983), a do Alt Pallars-Aran (1966) se sobrepõe, hoje, com o Parque Natural de l'Alt Pirineu (2003) e a de Boumort (1991) compartilha uma parte importante de sua superfície com o espaço protegido de mesmo nome incluído no PEIN.

para a elaboração do PEIN e da rede Natura 2000, os dois principais instrumentos de planificação ambiental dirigidos à criação de áreas protegidas na Catalunha.

Entre as espécies que são objeto de programas próprios de proteção há um número considerável de aves assim como alguns mamíferos, répteis e anfíbios. Destacam-se, por serem frequentemente consideradas espécies emblemáticas (além de objeto, no passado, de perseguição sistemática), as aves necrófagas como o abutre-fouveiro (*Gyps fulvus*), o abutre-barbudo (*Gypaetus barbatus*) e o abutre-do-Egito (*Neophron percnopterus*), junto com outras aves de rapina como o falcão peregrino (*Falco peregrinus*) e a águia real (*Aquila chrysaetos*). O abutre negro (*Aegypius monachus*), que foi extinto há mais de um século, é objeto, desde 2008, de um programa de repopulação com exemplares procedentes de Extremadura e Madrid, programa que deve ser concluído em 2015. Em todo este tempo foram liberados 38 exemplares, dos quais vinte se mantêm na área de soltura, o que permitiu o nascimento de seis filhotes desde 2010. A proteção de sua presença nas montanhas pré-pirenaicas de Boumort e Alinyà eventualmente funcionou como um atrativo para outros indivíduos procedentes da vertente francesa³².

Embora o número de exemplares de cada uma das espécies mencionadas seja limitado e não permita ainda considerá-las como claramente consolidadas, em todos os casos se observa uma tendência positiva na evolução de suas populações. O abutre-do-Egito, por exemplo, passou, no último quarto de século, de 25 (1981) a 65 (2008) casais. O abutre-barbudo foi objeto de planos de conservação tanto por parte da UE (programa Life, até 1998) quanto da administração pública catalã (desde 1994), que contemplam não apenas o monitoramento e o uso de medidas de reforço alimentar, como também a criação em cativeiro (através de um programa, inédito em nível mundial, e do qual estão saindo exemplares para a reintrodução em outras zonas da Península ibérica): os 5-6 casais contabilizados no começo dos anos oitenta no Pirineu catalão se tornaram 80-90 adultos em 2009. A cordilheira pirenaica concentra 80% dos exemplares existentes em todo o continente europeu.

Desde 2006 vêm sendo denunciados vários ataques ao gado por parte de abutres-fouveiros, a ave carniceira cuja presença foi mais consolidada (com uma população estimada em cerca de 800 exemplares), em diversos pontos do Pirineu. Adotando uma conduta muito estranha para a espécie, estas aves se juntariam em grupo com o objetivo de se lançarem contra novilhos e vacas vivas (geralmente indivíduos debilitados nos momentos posteriores a um parto), causando-lhes primeiro a morte para, em seguida, devorá-las. As medidas sanitárias adotadas em função da assim chamada doença da “vaca louca”, obrigando, desde 2002, a retirada dos animais acidentados da montanha, estaria na origem desta mudança, ao dificultar o aceso das aves carniceiras e necrófagas a sua principal fonte de alimento. O comportamento agressivo dos abutres favoreceu a emergência de um importante alarme social por parte dos criadores de gado, assim como de um novo motivo para a oposição da população local às políticas conservacionistas.

A lista de espécies protegidas por serem consideradas ameaçadas inclui, ainda, entre as aves, o tetraz (*Tetrao urogallus*), o mocho dos Pireneus (*Aegolius funereus*), o pica-pau-preto (*Dryocopus martius*), a perdiz-branca (*Lagopus muta*), a perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*) e a perdiz-cinzenta (*Perdix perdix*). Em 2011 começou-se a implementar um programa para reintroduzir a perdiz-avelã (*Bonasa bonasia*), uma ave galiforme extinta do Pirineu há um século, nos bosques do Val d’Aran, com indivíduos originários dos Alpes. O repertório de fauna autóctone protegida contempla também alguns anfíbios e

³² As atuações conservacionistas argumentam muitas vezes que, graças ao êxito das medidas tomadas, “[...] o Pirineu catalão é a única região da Europa onde nidificam as quatro espécies carniceiras do continente: abutre-barbudo, abutre negro, abutre-do-Egito e abutre-fouveiro”.

répteis, como o tritão-dos-Pirineus (*Euproctus asper*), o lagarto-ágil (*Lacerta agilis*), a lagartixa aranesa (*Lacerta aranica*) e a lagartixa pallaresa (*Lacerta aurelioi*), assim como outros mamíferos: o coelho (*Oryctolagus cuniculus*), a lebre europeia (*Lepus europaeus*) e a marta (*Martes martes*).

Recriando paisagens

Os casos enumerados dão conta da atuação ambiental por meio da manipulação na gestão de espécies via extermínio, reintrodução ou proteção. A interpretação da natureza no interior do mundo ocidental (assim como em muitos outros ambientes altamente administrados) deveria ser apreciada como um produto de engenharia ambiental, um processo conduzido socialmente. A racionalidade que sustenta este tipo de atuação não se encontra sempre limitada por considerações ecológicas, científicas e objetivas: a reconstrução da natureza está relacionada a valores, usos e expectativas acerca do que a própria natureza deveria ser (Donlan, 2005; Wark, 1994). Os casos expostos evidenciam que o tratamento dispensado às diferentes espécies presentes na paisagem “natural” não tem a ver exclusivamente com a coerência ecológica. Na realidade, aspectos como o aprecio pelos ambientes biodiversos (marmotas e ursos), os conflitos políticos em torno da legitimidade (castores e ursos), as tentativas de recriar os ambientes do passado (ursos, lobos, aves de rapina e ungulados) ou as considerações sobre a integridade ecológica (muflões e cabras selvagens) têm uma incidência significativa no manejo “científico” do meio ambiente.

A conservação é muito mais do que um processo ambiental: constitui um processo de caráter político. Forma parte das tecnologias do poder que são cruciais para o Estado (Foucault, 1991) e é um dos instrumentos que permitem às instituições públicas demonstrarem seu domínio sobre o território (Hannah, 2000). Durante o século XX, o Estado consolidou sua posição monopolística como gestor indiscutível do patrimônio coletivo nacional, natural e cultural. Ainda que alguns agentes privados (tais como as ONGs ambientalistas) participem deste mesmo esforço, sua atividade permanece sujeita à autoridade jurídica e territorial do Estado. O conceito de “interesse nacional” permite que o Estado se erija como fiador daquilo que é valioso para o coletivo nacional (Foucault, 2007). Será ele mesmo, às vezes com a contribuição e o impulso das comunidades locais, outras vezes contra elas, quem decide o que é que merece ser objeto de consideração especial (a água, os recursos energéticos, as paisagens ou a biodiversidade, além dos monumentos ou das tradições).

A ideologia democrática moderna atribui uma legitimidade exclusiva ao Estado como representante da vontade coletiva (Gellner, 1983; Scott, 1998) e estabelece uma situação de quase monopólio em suas mãos em relação a questões tais como a preservação da natureza e a cultura. No âmbito do meio ambiente, sua atuação se vê reforçada pelo fato de apoiar teoricamente suas decisões no conhecimento científico. Em outras palavras, as decisões do Estado, como representante da vontade popular, são ainda mais legítimas porque a ciência, a forma de produzir conhecimento mais aceitável e estabelecida em nossas sociedades, está ao seu lado. A reintrodução do castor exemplifica esta preocupação institucional pela exclusividade na jurisdição governamental sobre a fauna. Ainda que esta ação leve em consideração os princípios ecológicos da restauração científica e coincida com os objetivos políticos da gestão ambiental, os agentes públicos pretendem desmantelá-la porque não surgiu de uma iniciativa governamental. O Estado é o único ator legítimo para tomar uma decisão deste tipo.

Tradução: Felipe Ferreira Vander Velden

Revisão: Ion Fernandez de las Heras e Clarissa Martins Lima

Referências

AFONSO, Ivan; MARGALIDA, Antoni; RACIONERO, Claudi. 2008. "El món dels cèrvids". *El Portarró*, (23):8-11.

AGRAWAL, Arun. 2005. *Environmentality: technologies of government and the making of subjects*. Durham: Duke University Press. 344 p.

BADIA, Enric. 2004. "El lobo reaparece en el Pirineo catalán tras casi un siglo de ausencia". *El País*, 13 Fevereiro.

_____. 2006. "Un virus reduce la población de rebecos del Pirineo a la mitad en los últimos cinco años". *El País*, 10 Junho.

BARBA, Albert; COLOM, Andreu; LÓPEZ, Montse. 2011. *El retorn del llop a Catalunya: anàlisi de les repercussions socials i legals*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona. 54 p.

BARRET, Laura; WHITE, Daniel R. 2001. "The reconstruction of nature: postmodern ecology and the Kissimmee River restoration project". *Critical Studies*, (22):229-250.

BATET, Toni. 2007. "El retorn de l'ós". *El Portarró*, (22):4-6.

BELTRAN, Oriol; VACCARO, Ismael. 2010a. "From scenic beauty to biodiversity: the patrimonialization of nature in the Pallars Sobirà (Catalan Pyrenees)". In: X. Roigé & J. Frigolé (eds.), *Constructing Cultural and Natural Heritage: Parks, Museums and Rural Heritage*. Girona: Institut Català de Recerca en Patrimoni Cultural. pp. 91-104.

BELTRAN, Oriol; VACCARO, Ismael. 2010b. "Shepherds, Hydroelectric Stations, and Ski Resorts: The Pallars Sobirà Landscape". In: I. Vaccaro & O. Beltran (eds.), *Social and ecological history of the Pyrenees*. Walnut Creek: Left Coast. pp. 143-161.

BJERKE, Tore; RETAN, Ole; KELLERT, Stephen R. 1998. "Attitudes towards wolves in southeastern Norway". *Society and Natural Resources*, 11(2):169-179.

BRAUN, Bruce; CASTREE, Noel (eds.). 1998. *Remaking reality: nature at the millennium*. Londres: Routledge. 312 p.

BULLER, Henry. 2004. "Where the wild things are: the evolving iconography of rural fauna". *Journal of Rural Studies*, 20:131-141.

CANUT, Jordi. 2006. "L'isard, el rei de l'alta muntanya pirinenca". *El Portarró*, (19):21-27.

CASANOVA, Eugeni. 1997. *L'ós del Pirineu: crònica d'un extermini*. Lleida: Pagès. 328 p.

CASANOVAS, Ricard; LEAL, Rosa; ROLDÁN, Joan. 2007. *Reserves nacionals de caça: 40è aniversari 1966-2006*. Barcelona: Generalitat de Catalunya. 224 p.

CASTREE, Noel. 1995. "The nature of produced nature". *Antipode*, (27):12-48.

- CASTRO, Bruno. 2011. Descripción y análisis del conflicto. In: J. A. Bergua, C. Martínez & B. Castro. *Reinventar los Pirineos: a propósito del conflicto del oso*. Saragoça: Ministerio de Política Territorial y Administración Pública. pp. 33-55.
- CEÑA, Juan Carlos; ALFARO, Iosu; CEÑA, Alfonso; ITOIZ, Uxue; BERASATEGUI, Gabriel; BIDEGAIN, Itsaso. 2004. "Castor europeo en Navarra y la Rioja". *Galemys: Sociedad Española para la Conservación y Estudio de los Mamíferos*, 16(2):91-98.
- COOPER, Nigel S. 2000. How natural is a nature reserve? An ideological study of british nature conservation landscapes. *Biodiversity and Conservation*, 8:1131-1152.
- CRONON, William (ed.). 1996. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. Nova Iorque: Norton. 560 p.
- DEL MÁRMOL, Camila; FRIGOLÉ, Joan; NAROTZKY, Susana (ed.). 2010. *Los lindes del patrimonio: consumo y valores del pasado*. Barcelona: Icaria.
- DESCOLA, Philippe. 2005. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard. 623 p.
- _____. 2010. Más allá de la naturaleza y de la cultura. In: L. Montenegro (ed.), *Cultura y naturaleza: aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia*. Bogotá: Jardín Botánico J.C. Mutis. pp. 75-96.
- DONLAN, Josh. 2005. "Re-wilding North-America". *Nature*, (436):913-914.
- ELCACHO, Joaquím. 2007. Confirmen la presència de quatre llops al Pirineu català. *Avui*, 2 Julho.
- EUROPEAN TOPIC CENTRE ON BIOLOGICAL DIVERSITY. 2007. Disponível em: <www.eionet.europa.eu>. Acesso em: maio 2007.
- FOUCAULT, Michel. 1991. Governmentality. In: G. Burchell, C. Gordon & P. MILLER (eds.), *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: University of Chicago Press. pp. 87-104.
- _____. 2007. *Security, territory, population*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan. 464 p.
- FRANÇA. Ministère de l'Écologie et du Développement Durable. 2006. *Plan de Restauration et de Conservation de l'Ours Brun dans les Pyrénées Françaises*. Paris: Ministère de l'Écologie et du Développement Durable.
- GARCÍA-CORDÓN, Juan Carlos. 2001. "Situación del oso pardo cantábrico (o los problemas de la alimaña convertida en mascota)". *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, (52):265-272.
- GARCÍA-GONZÁLEZ, Ricardo; HERRERO, Juan. 1999. "El bucardo de los Pirineos: historia de una extinción". *Galemys, Spanish Journal of Mammalogy*, 11(1): 17-26.
- GELLNER, Ernest. 1983. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell. 208 p.
- GUHA, Ramachandra. 1997. "The authoritarian biologist and the arrogance of anti-humanism: conservation in the third world". *The Ecologist*, 27(1):14-20.

HALLEY, Duncan. 2007. *Beavers in Spain*. Espanha: Iberianature. Disponível em: <<http://www.iberianature.com/spainblog/2007/12/beavers-in-spain/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

HANNAH, Matthew G. 2000. *Governmentality and the Mastery of the Territory in Nineteenth-century America*. Cambridge: Cambridge University Press. 262 p.

HARAWAY, Donna J. 2008. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 438 p.

HUNN, Eugene S. 2008. *A zapotec natural history: trees, herbs and flowers, birds, beasts and bugs in the life of San Juan Gbëë*. Tucson: University of Arizona Press. 288 p.

KNIGHT, John. 2006. *Waiting for wolves in Japan: an anthropological study of people-wildlife relations*. Honolulu: University of Hawai'i Press. 296 p.

KOHN, Eduardo. 2005. "Runa realism: Upper Amazonian attitudes to nature knowing". *Ethnos*, 2(26):171-196.

LE MONDE DES PYRÉNÉES. 2008. *L'Ours dans les Pyrénées*. Disponível em: <http://www.pyrenees-pireneus.com/Ours_des_Pyrenees.htm>. Acesso em: 10 abr. 2013.

LEIS OURSOUN. 2008. *Les Site des Carnivores et des Rapaces*. Disponível em: <<http://www.carnivores-rapaces.org/Ours/populations>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1965. *El totemismo en la actualidad*. México: Fondo de Cultura Económica. 160 p.

MANENT, Albert. 2004. *El llop a Catalunya: memòria, llegenda i història*. Lleida: Pagès. 240 p.

MASSIP, Josep M. 2011. *El llop i els humans: passat i present a Catalunya*. Tarragona: Arola. 300 p.

MECH, David. 1991. Returning the Wolf to Yellowstone. In: R. B. Keiter & Mark S. Boyce (eds.), *The Greater Yellowstone ecosystem: redefining America's Wilderness Heritage*. New Haven: Yale University Press. pp. 309-322.

MÉNDEZ, Rafael. 2007. Los castores vuelven a criar en España tres siglos después. *El País*, 7 Dezembro.

MILIAN, Àlex. 2006. El llop i l'ós marquen el camí. *El Temps*, 8 Agosto.

MOLINA, David. 2000. *Conservació i degradació de sòls a les àrees de muntanya en procés d'abandonament: la fertilitat del sòl al Parc Natural del Cadí-Moixeró*. Tese de Doutorado, Universitat Autònoma de Barcelona.

_____. 2002. "El proceso de desertización demográfica de la montaña pirenaica en el largo plazo: Cataluña". *Ager. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, (2):81-99.

NEUMANN, Roderick P. 1998. *Imposing Wilderness: Struggles over Livelihood and Nature Preservation in Africa*. Berkeley: University of California Press. 268 p.

ORLOVE, Benjamin S.; BRUSH, Stephen B. 1996. "Anthropology and conservation of biodiversity". *Annual Review of Anthropology*, 25:329-352.

PAYS DE L'OURS. 2008. Disponível em: <<http://www.paysdelours.com>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PETRESCU, Alexandru. 2004. 'Disparos' contra el Rey en Rumanía. *El Mundo*, 17 Outubro.

PHILO, Chris; WILBERT, Chris (eds.). 2000. *Animal spaces, beastly places: new geographies of human-animal relations*. Londres: Routledge. 336 p.

POMAROL, Manel; PALAZON, Santi. 2008. La població d'ós bru al Pirineu es manté amb una vintena d'exemplars. *Generalitat de Catalunya*, 15 Setembre.

PROJECTE LLOP. 2008. *Fundació Fauna*. Disponível em: <<http://www.fundaciofauna.org/campanyallop.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

ROTH, Robin J. 2008. "Fixing' the Forest: the Spatiality of Conservation Conflict in Thailand". *Annals of the Association of American Geographers*, 98(2):373-391.

ROURA-PASCUAL, Núria; PONS, Pere; ETIENNE, Michel; LAMBERT, Bernard. 2005. Transformation of a Rural Landscape in the Eastern Pyrenees between 1953 and 2000. *Mountain Research and Development*, 25(3):252-261.

SAAVEDRA, Deli. 2006. *El retorn de la llúdriga: història de la reintroducció de la llúdriga als Aiguamolls de l'Empordà i conques dels rius Muga i Fluvià*. Barcelona: Caixa Catalunya. 103 p.

SCOTT, James C. 1998. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press. 464 p.

SORIANO, Joan Manuel. 1994. "El procés de despoblament a les comarques de la Cerdanya i l'Alt Urgell". *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 25:141-163.

UN MÓN DE NATURA. 2008. Disponível em: <<http://comnatura0708.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

VACCARO, Ismael. 2005. *The polysemous valley: modernity and landscape politics in the Catalan Pyrenees*. Tese de Doutorado, University of Washington.

VACCARO, Ismael; BELTRAN, Oriol. 2007. Consuming space, nature and culture: patrimonial discussions in the hyper-modern era. *Journal of Tourism Geographies*, 9(3):254-274.

VANDERGEEST, Peter; PELUSO, Nancy Lee. 1995. "Territorialization and State Power in Thailand". *Theory and Society*, (24):385-426.

WARK, McKenzie. 1994. "Third nature". *Cultural Studies*, 8(1):115-132.

WELCH-DEVINE, Meredith. 2010. Local Places, Global Influences: Pastoralism in Xiberoa and EU Regulation. In: I. Vaccaro & O. Beltran (eds.), *Social and ecological history of the Pyrenees*. Walnut Creek: Left Coast. pp. 43-57.

WEST, Paige; IGOE, James; BROCKINGTON, Dan. 2006. "Parks and peoples: the social impact of protected areas". *Annual Review of Anthropology*, 35:251-277.

WHATMORE, Sarah; THORNE, Loraine. 1998. Wild(er)ness: reconfiguring the geographies of wildlife. *Transactions of the Institute of British Geographers*, (23):435-454.

WOLCH, Jennifer R.; EMEL, Jody. 1998. *Animal geographies: place, politics and identity in the nature-culture Borderlands*. Londres: Verso. 310 p.

Recebido em Maio 30, 2013

Aceito em Julho 14, 2015